

*O Estado de São Paulo*  
*Domingo, 6 de fevereiro de 1999*

## **Riscos na volta ao crescimento**

### **OFENSIVA POR FAVORES SELETIVOS DEVE ENCONTRAR RESISTÊNCIA FIRME DO GOVERNO**

*Marcelo de Paiva Abreu\**

Há uma probabilidade bastante alta de que o governo continue a recuperar rapidamente a sua credibilidade junto à opinião pública com base na retomada do nível de atividade econômica. O governo gostaria de disputar as eleições de 2000 e de 2002 amparado em retrospecto que incluísse, idealmente, a continuidade do controle inflacionário, a execução de parte substancial de seu programa de reformas e o fim da recessão. É claro que o espaço político de manobra do Presidente ficaria muito aumentado se, no próximo triênio, for possível sustentar uma taxa de expansão anual da economia entre 3 e 4%. Isto fortaleceria o cacife de um eventual candidato presidencial da coalizão que se organizaria sob a regência do Planalto. Poder-se-ia pensar em termos de estratégia econômica em uma repetição de 1994, com a oposição politicamente hipnotizada pelo sucesso econômico do governo.

Neste quadro o governo pode ficar tentado a estimular artificialmente a melhora no desempenho da economia, seu ponto fraco. A situação crítica da economia, em seguida à crise cambial de janeiro de 1999, serviu como dissuasão quanto à adoção de propostas travestidas de “desenvolvimentistas”, cujo financiamento conflitaria diretamente com os objetivos de estabilização e com a demonstração de bom comportamento requerida pelos investidores externos. Mas é parte do jogo político, neste e em outros governos, que a melhora do quadro macroeconômico seja acompanhada de ofensiva para aumento de gastos e defesa de interesses setoriais. O problema é que não é necessariamente fácil conciliar o crescimento sustentado da atividade econômica amparado em expansão fiscal com a preservação da estabilização. Especialmente em um quadro em que importantes segmentos empresariais engajam o seu poder de *lobby* na retomada do crescimento quase que a qualquer custo e na reavaliação do tratamento a ser dispensado ao capital estrangeiro.

O que se viu até agora em termos de exposição de possíveis estímulos adicionais à retomada, é quase melancólico, como mostram uns poucos exemplos. O governo acenou com a possibilidade de reativação da indústria naval, certamente movido pela importância do setor para o Rio de Janeiro. Trata-se de segmento industrial que sobreviveu às custas do erário público e que, mesmo depois de décadas de operação sem concorrência externa, não tem condições de concorrer internacionalmente. A economia do Rio de Janeiro parece ir relativamente bem, com base na expansão do setor petrolífero. Qual a necessidade de ressuscitar um notório elefante branco? Certamente existirão maneiras mais racionais de acomodar as demandas fluminenses.

A indústria automotiva pressiona pela adoção de um programa de renovação da frota que implica subsídios federais e estaduais à substituição de veículos com idade acima de 15 anos. A despeito das tentativas dos produtores de sublinhar as externalidades positivas do

programa através, por exemplo, da redução de acidentes ou da poluição, trata-se de novo esforço para a obtenção de tratamento privilegiado por parte de setor de grande poder lobista, já beneficiado pelas concessões do regime automotivo. Ao invés de rejeitar esta proposta *in limine* o governo parece disposto a considerá-la seriamente. Será que sob a ótica social seria esta a forma ideal de doar dinheiro público? Por que não a modernização dos chuveiros elétricos, ou das geladeiras, ou dos barracos?

Este quadro de demandas setoriais é agravado pela proliferação de idéias equivocadas a respeito do tratamento diferenciado de empresas nacionais e estrangeiras. A presença do capital estrangeiro na provisão de serviços públicos, por exemplo, tem sido criticada com base no argumento que o setor serviços não exporta e que as futuras remessas de lucros das empresas estrangeiras não serão “compensadas” por exportações. Em termos econômicos esta análise faz tão pouco sentido quanto outras, tão arraigadas no folclore nacional, calcadas nas pretensas virtudes de balanços comerciais setoriais positivos. As exportações brasileiras de bens incorporam os custos de insumos, inclusive serviços. Se a provisão de serviços é eficiente, as exportações brasileiras serão mais competitivas. É preciso não transformar a insatisfação com a regulação da provisão de serviços públicos em argumentos contra a presença de capitais estrangeiros no setor. De qualquer modo resta a dúvida quanto ao modelo alternativo que os críticos teriam em mente. A preservação da Telebrás? A recaída quanto ao tema da esfera de atuação do capital estrangeiro é generalizada, afetando também acesso a crédito do BNDES e a venda do Banespa.

Todos concordam que a política de um governo que se preza não pode ser “não ter política”. Mas não é preciso muito cinismo para reconhecer que o imobilismo pode ser preferível à adoção de políticas equivocadas. O curioso argumento de que a crítica a uma política só é válida se acompanhada por proposta de política alternativa deve ser rejeitado. Formular políticas, ouvida a opinião pública, é função do governo. Ao invés de dar ouvidos a mirabolantes propostas de favorecimento setorial, a capacidade de formulação de políticas do governo deveria centrar-se no redesenho da política industrial levando em conta critérios horizontais, mais decentes, menos vulneráveis às sanções de nossos parceiros comerciais.

É importante que o governo encontre respaldo político para grande comedimento em relação a demandas setoriais saudosistas e para o juízo de que as verdadeiras jóias da coroa são o sucesso na estabilização e o avanço, mesmo que incompleto, do programa de reformas estruturais. Avanços que afinal vão permitir a volta ao crescimento.

-----

\*Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.